



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM
PL-165/2018

REUNIÃO: Plenária Ordinária n.º 513ª

DECISÃO: PL-165/2018

INTERESSADO: UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME

PROTOCOLO: 2541845/2015

EMENTA: Recurso Administrativo. Decisão da C.E.E.E.S.T., que indeferiu o pleito da requerente. Fato novo apresentado. Decisão da Especializada que se mantém. Recurso desprovido.

DECISÃO

O **Plenário do CREA-AM**, reunido em sua Sessão Ordinária de nº 513ª, realizada em 26/7/2018, em Manaus/AM, após apreciação e discussão do **Protocolo 2541845/2015** de interesse de **UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME** em face de irregularidade “FALTA DE REGISTRO DE ART DE EXECUÇÃO” do termo de Contrato nº 013/2015 – SEMJEL, de 21/8/2015, não havendo sido regularizado o fato gerador e nem efetuado o pagamento da multa respectiva. Considerando que o processo se originou de ação fiscalizatória de “pesquisa interna” onde, ao consultar o Diário Oficial do Município – D.O.M. 3755/2015, o fiscal verificou a existência do Termo de Contrato nº 13/2015, celebrado em 21 de agosto de 2015, entre o Município de Manaus, por meio da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL e a empresa UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME, cujo objeto foi a contratação de empresa especializada em serviço de sonorização tipo 2. Valor R\$ 73.700,00. Prazo de vigência até o dia 30/11/2015. Considerando que o fato gerador consistiu, portanto, na Falta de Registro da ART de Execução – Referente ao contrato nº 013/2015, com base no art. 1º e 3º, ambos da Lei 6.496/77, resultado na lavratura do Auto de Infração nº 31511/2015; considerando que a empresa recebeu o Auto de Infração, por meio de Aviso de Recebimento (AR) em 16 de maio de 2017, contudo não sanou o fato gerador; considerando haver transcorrido o prazo legal para interposição de recurso administrativo e não houve manifestação por parte da empresa autuada, e a mesma não regularizou o fato gerador, bem como não efetuou o pagamento da multa imposta, a Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho, decidiu pela manutenção da multa e regularização do fato gerador ao autuado; considerando que em 8 de agosto de 2017 o CREA expediu Ofício nº 1461/17-GP/CREA-AM, para a empresa UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME, encaminhando para conhecimento e/ou providências, cópia da Decisão nº 407/17, emitida pela Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho – C.E.E.E.S.T., e se assim desejasse que teriam o prazo de 60 dias a contar do recebimento do Ofício para recorrer ao Plenário do CREA-AM; considerando que a empresa UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME, protocolou o Ofício nº 007/2017 ao Presidente do CREA-AM, alegando no documento que a Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL não solicitou a execução do serviço, tendo em vista que o serviço pudesse ser realizado posteriormente fora solicitado um termo aditivo de prazo de execução, mas mesmo não foi solicitado. Alegando ainda, que a empresa não estaria se abstendo da responsabilidade e pagamento de taxas devidas ao CREA, alegando por fim, que a ART não foi emitida porque o serviço não foi prestado; considerando a fundamentação contida nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.496/77; considerando os artigos 2º, 3º e 28 todos da Resolução nº 1025/2009 do Confea; considerando que a defesa apresentada pela pessoa jurídica autuada, alega que o serviço não foi executado, porém não comprova o fato. Considerando que a Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho decidiu pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM
PL-165/2018

manutenção da multa e regularização do fato gerador ao autuado. **DECIDIU**, por maioria de votos, e em harmonia com o voto do Conselheiro Regional CARLOS ALBERTO SOARES DE MAGALHÃES, para que seja mantida a DECISÃO nº 407/17 exarada pela Egrégia Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho - C.E.E.S.T, do CREA-AM, ou seja manter o Auto de Infração nº 31511/2015, lavrado em desfavor da empresa UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME e o pagamento da multa devida e a regularização do fato gerador. É a Decisão. Presidiu a Sessão o Diretor Administrativo do Crea-AM, no exercício da Presidência, Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**. Votaram favoravelmente os Senhores Conselheiros Regionais: CARLOS ALBERTO SOARES DE MAGALHÃES, DANIEL PINTO BORGES, DANIELE BRAGA COSTA, EIRIE GENTIL VINHOTE, HIGOR LEONARDO DE LIMA NERY, JOSÉ AFONSO DA SILVA ARIAS, LUIZ CARLOS BARROS DE CARVALHO, MARCO AURÉLIO DE MENDONÇA, MANUEL CÉSAR SANTOS FILHO, PEDRO CHAVES DA SILVA, SÍLVIA CRISTINA BENITES GONÇALES e WENCESLAU ABTIBOL. Abstiveram-se de votar os Conselheiros Regionais: HELDER MANUEL DA COSTA SANTOS, KLEBER DOS SANTOS DINIZ, JOSÉ CLÁUDIO DE JESUS MEDEIROS e MARIA DOS ANJOS F. PACHECO. Votaram contrariamente os Conselheiros Regionais: ALISSON VICENTE DE ARAÚJO LEÃO, EDNEY DA SILVA MARTINS, EMMERSON BACURY DE LUCENA e MIGUEL GODEIRO PRIMO TERCEIRO.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 31 de julho de 2018.


Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**
Presidente do **Crea-AM**, em exercício